

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEPENDÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>**

**Francisco Heinzmann Martins<sup>2</sup>, Sandra Regina Albarello<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de extensão GSC ECONOMIA SOLIDÁRIA realizado no curso de administração da Unijuí

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Administração da UNIJUÍ, Bolsista PIBEX/UNIJUÍ

<sup>3</sup> Professor Mestre do Departamento de Estudos da Administração, Coordenadora Subprojeto

### **1. Introdução:**

A economia solidária é um movimento que se constitui a partir de grupos, que geralmente apresentam dificuldades de inclusão social, bem como dificuldades no mercado de trabalho. A fragilidades social dos sujeitos beneficiados com a formação de grupos da economia solidária, faz com que seja necessária a participação de entidades como instituições de ensino, universidades, governos, entidades de classe. Apesar de todo o envolvimento dos agentes estimuladores da economia solidária é o poder público que possui o maior destaque quanto a necessidade de apoio a ser oferecido. Esse suporte caracteriza-se principalmente pela criação de políticas públicas que visam o desenvolvimento da atividade na qual o grupo assistido atua. Desta forma, é importante destacar que:

O fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado à margem ou que vem progressivamente ampliando o nível de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade. (COSTA, 2010, p. 151-152).

A definição de políticas públicas claras e contínuas é um instrumento eficaz na orientação das ações dos participantes desse processo. A organização da economia solidária é dependente de uma política orientadora que possibilite o atendimento de seus propósitos. Este texto busca provocar uma reflexão sobre a importância das políticas públicas, de forma a contribuir com os aspectos ainda carentes para a economia solidária.

Colocando em perspectiva as políticas públicas, podemos avançar na estruturação da economia solidária. Segundo Costa (2010, p. 143), “entendemos por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

A economia solidária surge como uma alternativa para os diversos grupos ditos excluídos, numa sociedade capitalista. A formação dos grupos possibilita a instalação de estruturas autogeridas, garantindo autonomia de decisão aos seus membros, bem como o exercício da cidadania, pois não

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

envolve a preponderância de alguém, ou de uma instituição, o que se organiza vem em favor do bem comum.

Mais adiante Costa (2010, p. 152) acrescenta que “as políticas podem ser entendidas como espaço de participação do cidadão, desde os diálogos de entendimentos sobre os interesses em jogo, as tomadas de decisão, o acompanhamento da implementação destas e a avaliação dos resultados”.

Pensando esses cidadãos como atuantes em seus empreendimentos, eles serão os atores que possibilitam que as ações das organizações, que podem ser constituídos por meio de associações, cooperativas, dentre outras, possam tornar-se efetivas. Costa (2010) aborda que as políticas públicas seriam ações que nascem de contextos sociais imersos em problemas de vivências da população, mas que passam pela esfera estatal (governança) e se configuram como uma intervenção numa realidade social.

As políticas municipais de geração de trabalho e renda, no entanto, têm o desafio de superar a falta de intersetorialidade entre as secretarias, e portanto, necessitam articular-se com políticas públicas mais abrangentes, regulamentadas em âmbito federal, tendo o caráter de política de Estado, convertendo-se em direito conquistado, o que ultrapassa a dimensão do direito atendido pontualmente. A garantia de vigência desses direitos depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do poder Executivo, tendo em vista que os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem estar para todos (CARVALHO, 2008, p. 10 apud GUIMARÃES; SILVA, 2010, p. 167).

Considerando que o foco passa a ser a redução das desigualdades e não somente o fomento ao lucro pelo lucro, responsável pelo cultivo às diferenças sociais, a intervenção do estado, faz-se necessária para atuar como um mediador e fomentador, que passa a investir em espaços que possam ser utilizados pelas associações. A geração de espaços autogeridos contribuem para o desenvolvimento das mesmas, para a promoção do bem comum, o fortalecimentos das relações das comunidades como apontam os autores:

É provável que os programas sociais, envolvendo uma participação ampliada de governos estaduais e municipais e de ações comunitárias relativamente autônomas em um contexto de redemocratização, tenham contribuído para impedir uma deterioração mais pronunciada das condições de vida da população brasileira (BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1997, p. 91 apud GUIMARÃES; SILVA, 2010, p. 163).

Quando falamos em economia solidária e políticas públicas, diretamente associamos à políticas de cooperação entre os envolvidos. É importante distinguirmos políticas públicas que visam o construir-se em diretriz para os diversos seguimentos da sociedade da política partidária, que visa os jogos de poderes. As políticas públicas devem buscar articular a cooperação, principalmente em organizações associativas, nas quais cada sujeito tem direito de participar de forma igualitária aos demais membros, o que reduz a possibilidade de erro, nas decisões, uma vez que essas ocorrem de forma colegiada.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

Na perspectiva de Sennett (2012 p.159), o capitalismo moderno vive em desequilíbrio entre a competição e a cooperação, assim tornando a própria cooperação menos aberta, menos dialógica”. Entende-se por dialógica quando o bem comum se abrange a um outro, não visto de forma individual o que se torna propício para o desenvolvimento da aplicação das políticas públicas na economia solidária.

O objetivo desse estudo é analisar os reflexos de políticas públicas definidas para a economia solidária na região a partir da realidade vivenciada pelos grupos assistidos da agricultura familiar pelo projeto de Gestão Social e Cidadania - Economia Solidária.

## 2. Metodologia:

A metodologia adotada se constitui numa pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, o objetivo é exploratório. Os procedimentos técnicos estão baseados na pesquisa de campo e bibliográfica. A coleta ocorreu por meio da participação mensal das reuniões dos grupos assistidos, momento em que ocorre o debate sobre as principais questões que envolvem os grupos, principalmente os vinculados à agricultura familiar. Apesar do projeto envolver grupos vinculados também ao artesanato, vestuário e trabalhadores da reciclagem, este estudo concentrou-se nas políticas relacionadas a agricultura familiar. A análise foi qualitativa por meio da técnica de discurso.

## 3. Resultados e Discussão

Durante as discussões dos grupos percebeu-se uma necessidade latente de políticas públicas que possam efetivamente apoiar a produção sustentável com um olhar mais efetivo para a questão ecológica. O pequeno produtor para que possa se dedicar a produção ecológica precisa de assessoria in loco para organizar a propriedade, a produção e para que possa resolver os problemas específicos. A necessidade maior tem se caracterizado pela ausência de um número adequado de profissionais vinculados aos órgãos de assistência técnica que efetivamente possam atender às necessidades dos produtores. Pela manifestação dos técnicos essa carência é uma consequência da redução de recursos disponíveis para contratação de pessoal para esse tipo de atendimento. A busca pela formação dos grupos associativos tem se caracterizado como uma alternativa para minimizar esse impacto, já que muitas ações possam ser socializadas no coletivo, no entanto, as questões mais específicas ficam sem respostas.

A regularização e certificação dos processos produtivos tem se apresentado como outro elemento essencial para o avanço na política de comercialização dos pequenos produtores. Para muitos a complexidade para implantação de estruturas e técnicas coerentes com as legislações na área tornam-se ainda mais inacessíveis pela falta de recursos disponíveis para os investimentos necessários, bem como a falta de profissionais em número adequado para o atendimento de todas as propriedades. Esse é um elementos em que as políticas públicas podem contribuir, pois embora existam financiamentos subsidiados, as exigências para acesso a esses recursos, afastam dos benefício os produtores que mais precisam do fomento.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XVII Jornada de Extensão

O suporte na área de gestão e assessoria jurídica é outro elemento importante no acompanhamento das propriedades, já que muitos produtores possuem pouco conhecimento formal, tendo muitos deles apenas a alfabetização. O desconhecimento da legislação ocorre por diversos motivos, não informação, dificuldade de compreensão das exigências estabelecidas, bem como da aplicação destas na cadeia produtiva faz com que muitos ignorem as regras, conduzindo os produtores a uma situação de maior fragilidade. Assim, acredita-se que são muitas as ações necessárias para apoiar a economia solidária e essas em sua grande maioria deve partir de uma política pública de estado, que tenha perenidade, para que os agentes parceiros possam efetivamente atuar, sem a preocupação de que com a troca de governos as ações deixem de vigorar.

#### 4. Conclusão:

Com a realização das ações com os grupos de economia solidária podemos concluir que apesar de algumas carências significativas, os grupos tem avançado e atingido resultados importantes em relação a gestão, a participação e a cidadania. No entanto, acredita-se ser importante por parte dos agentes públicos, um interesse maior nesta área, um comprometimento com os resultados, pois é um segmento que tem contribuído com a redução da miséria e da exclusão.

A falta de recursos para os órgãos de assistência técnica é um fator diretamente relacionado a questão de políticas pública. Embora sendo compreensível a situação econômica do estado em todos os seus níveis, percebe-se que não há uma política clara de como investir e de como deve ser a atuação desses agentes juntos aos pequenos produtores.

Assim, acredita-se que “a articulação entre gestores públicos municipais, setores da sociedade civil e entidades de apoio e assessoria aos empreendimentos de economia solidária representa um avanço no planejamento de políticas de geração de trabalho e renda”. (SILVA; GUIMARÃES, 2010, p. 169). Na perspectiva de Costa (2010, p. 151) “é importante que as políticas de fomento à economia popular solidária percebam a diversidade dos sujeitos desta economia e da multiplicidade de suas demandas.” Para que possam atuar de maneira eficaz, sanando suas necessidades coletivas e incentivando o desenvolvimento sustentável deste setor pouco observado tanto da perspectiva política quanto social.

A participação de agentes da sociedade civil na construção das políticas públicas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia solidária, pois em muitas das ocasiões são esses agentes que conhecem a fundo a realidade de cada associação.

#### 5. Palavras-chave: Economia Solidária, Políticas Públicas, Desenvolvimento

#### 6. Referências Bibliográficas:

COSTA, A. G. S. Políticas públicas como prática da participação dos empreendimentos de economia solidária. In: BARCELOS, E. S et al (org.). Economia solidária: sistematizando experiências – Ijuí: Unijuí, p. 144-153, 2010.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XVII Jornada de Extensão

SILVA, J. A; GUIMARÃES, G. T. D. Políticas municipais de geração de trabalho e renda: um instrumento de emancipação? In: BARCELOS, E. S et al (org.). Economia solidária: sistematizando experiências – Ijuí: Unijuí, p. 155-172, 2010.

SENNETT, Richard. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução: Clóvis Marques – Rio de Janeiro: Record, p. 159, 2012.